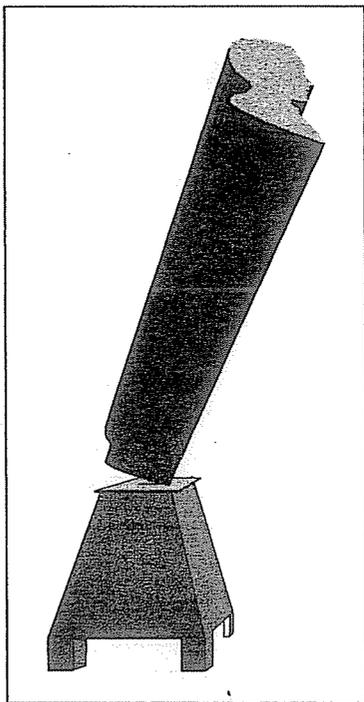


## O POLÍTICO E O ELEITOR

Nilson Borges Filho\*



Com o término do processo eleitoral, quando se encerra a totalização dos votos, políticos brasileiros, em geral, e candidatos em particular, indignam-se com o expressivo número de votos brancos e nulos.

Regra geral, a culpa recai na falta de conscientização política do eleitor, que não consegue dimensionar a importância do voto para a consolidação do processo democrático. Mas num segundo momento, não tão próximo do calor e das emoções de um pleito eleitoral, as análises se dedicam mais profundamente em entender as causas que levaram o eleitor a votar branco e nulo. É claro que cada eleição tem características próprias, em função do momento político em que se encontra o país. Ocorre, entretanto, que algumas das causas se repetem a cada pleito, independentemente do momento político e da qualidade dos candidatos.

Porém, poucos são os políticos que, num gesto de humildade, manifestam qualquer tipo de preocupação em saber se o problema está no eleitor ou no próprio político.

Com raríssimas exceções,<sup>1</sup> o político brasileiro não tem o menor crédito junto à sociedade. A prática política não contribui em nada para que a estima popular alcance o político, pois se sabe que prevalecem o jogo de interesses, o fisiologismo, o clientelismo e os casos de corrupção explícita, ao invés de causas mais nobres.

Diz-se que descrédito não é só com a pessoa do político, tão pouco privilégio do Brasil. Mesmo nos países mais desenvolvidos, vem-se falando muito em um desgaste das instituições políticas: legislativo e partidos.

Não restam dúvidas que as pesquisas que medem a credibilidade das diversas categorias profissionais são realizadas num determinado momento e seus resultados reproduzem, também, uma certa carga emocional do período em que o país está vivendo.

Em 1989, em pleno governo Sarney, o IBOPE promoveu uma pesquisa de opinião pública sobre a confiança popular nas mais diversas instituições, cujos resultados encontram-se na tabela abaixo:<sup>2</sup>

\* Mestre e Doutor em Direito. Professor de Teoria Política da UFSC e Pesquisador da UNIVALI.

<sup>1</sup> Após o impeachment de Collor de Mello, os políticos alcançaram índices favoráveis perante a própria opinião pública.

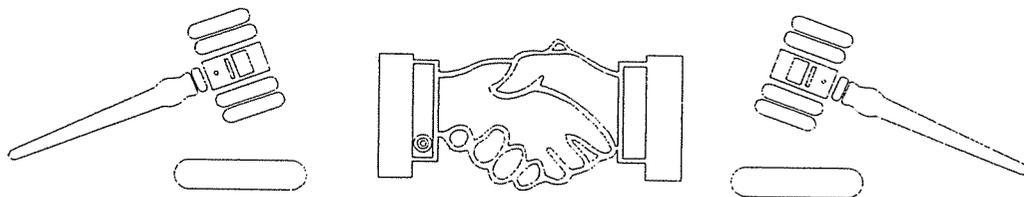
<sup>2</sup> LAMOUNIER, Bolívar. Ouvindo o Brasil. IDESP/IRS. São Paulo, 1992.

CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (%)	
Instituições	Novembro/1989
Igreja	77
Sindicatos	59
Imprensa (jornais)	48
Militares	46
Prefeituras	39
Empresários	30
Governos Estaduais	38
Governo Federal	29
Partidos	25
Políticos	15

De posse desses dados, o cientista político Amaury de Souza contextualizou o descrédito da classe política com o descrédito do Presidente Sarney, que contaminaram todo o sistema político. É óbvio que não se pode descartar que a situação econômica do país está intimamente ligada à classe política, pois cabe a ela determinar os rumos. No entanto, não se pode reduzir o descrédito popular ao político com base somente na situação econômica do país e no fracasso do governo. Mesmo porque, com toda a crise econômica de 1989 e o Brasil sendo dirigido por um presidente fraco, o governo federal (Sarney) obteve 29% de credibilidade, ou seja, 14% a mais do que os políticos.

Cientistas tentam explicar os baixos índices obtidos pelos políticos, analisando o legislativo como o espaço público de fazer política e os políticos como os condutores das demandas populares.

Mais recentemente, em 05 de fevereiro de 1995, o Instituto Vox Populi realizou pesquisa de opinião sobre o grau de confiança da população nas mais diversas categorias profissionais, atingindo todas as classes sociais. O resultado não poderia ter sido mais desfavorável aos políticos, onde 72% dos entrevistados disseram não confiar na classe política, contra 5% que confiam sempre.



CREDIBILIDADE DAS CATEGORIAS (%)					
Categorias	Confia Sempre	Confia na maior parte das vezes	Confia poucas vezes	Não confia nunca	NS/NR
Os médicos	44	32	19	4	1
Os professores	50	32	13	3	1
Os jornalistas	23	31	30	12	5
Os locutores de TV	22	30	31	12	5
Os repórteres de rádio	22	31	32	11	4
Os militares	24	22	28	23	3
Os soldados Corpo de Bombeiros	53	26	13	6	3
Os policiais civis	21	20	28	29	2
Os políticos	5	5	16	72	2
Os funcionários públicos	23	29	31	13	4
Os empresários	13	19	32	31	5
Os advogados	23	28	28	17	4
Os juizes	34	28	22	11	4
As empregadas domésticas	27	29	26	13	5
Os motoristas de ônibus	33	32	23	9	3
Os guardas de trânsito	33	29	21	11	5

Na verdade, a falta de confiança da sociedade nos políticos tem íntima relação com o comportamento público desses mesmos políticos. A última legislatura deu uma grande contribuição para que fossem atingidos os índices apurados pelo Vox Populi. Nesses quatro anos, aconteceram desde cenas de pugilato até acusações relacionando parlamentares com o narcotráfico. Ainda agora, na atual legislatura, um senador, eleito para compor a mesa diretora da casa, está sendo investigado sobre sua ligação com o tráfico organizado.

Se isto só não bastasse, vive ainda na memória da população o caso dos "anões do orçamento", quando nem mesmo o Deputado Ibsen Pinheiro, Presidente da Câmara durante o impeachment de Collor, se livrou da cassação. Ou, ainda, quando deputados foram flagrados comprando mandato de colegas para aumentar

a bancada do PSD e, em consequência, lançar candidatura própria à presidência da República.

Enquanto isso, 150 artigos da Constituição Federal deixaram de ser regulamentados pela legislação ordinária, função que cabe somente ao legislativo federal.

Mesmo com as cassações de mandatos, o que poderia se tornar algo de positivo para o imaginário popular, a credibilidade dos políticos continua em baixa.

Quando tudo levava a crer que com o último pleito (1994), o legislativo renovado partiria para uma nova ética política, parlamentares aumentam seus próprios salários, e, perversamente, vetam o salário mínimo de cem reais.

O que deve ficar bem claro para os políticos é que por trás dos resultados apontados pelas pesquisas, há uma severa

crítica da população ao comportamento dos políticos e ao papel das instituições, sejam elas o legislativo ou, até mesmo, os partidos políticos que, na ânsia de elege-

rem seus candidatos, não os submetem a um mínimo de conduta ética.

